

Realismo e Anarquismo: constituindo pontes e diálogos sobre perspectiva prática

Arthur Guimarães de Oliveira Castro*

Introdução

O renascimento da teoria realista vem acompanhado do questionamento sobre se é possível existir um realismo que seja conciliado com o radicalismo político de esquerda, do qual o anarquismo pode ser considerado um caso exemplar. Comumente associado a um idealismo de viés utópico³ e a uma ingenuidade em relação à natureza humana, os anarquistas também foram acusados por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) de não apresentarem uma estratégia realista para a efetivação de suas ideias, o que resultaria na desorganização da luta de classes. Marx, em suas notas sobre o livro *Estatismo e Anarquia*, de Mikhail Bakunin (1814-1876), afirmou que seu adversário “não entende absolutamente nada sobre a revolução social, apenas suas frases políticas”, e que em sua proposta revolucionária “a vontade, e não as condições econômicas, é o alicerce” (Marx, 1874, online). Em sentido semelhante, no texto *Sobre a autoridade* (1873), Engels declarou que os anarquistas, ao rejeitarem o autoritarismo, também acabaram rejeitando a necessidade de organização, coordenação e revolução, o que acabaria por prejudicar a própria luta do campo socialista.

Será que esses senhores jamais viram uma revolução? Uma revolução é, indiscutivelmente, a coisa mais autoritária que existe; é o ato através do qual uma parte da população impõe sua vontade à outra parte por meio de fuzis, baionetas e canhões, meios autoritários desde que existam; e o partido vitorioso, se não quiser ter lutado em vão, tem que manter esse domínio pelo terror que as suas armas inspiram aos reacionários. [...] Portanto, uma das duas: ou os anti-autoritários não sabem o que dizem, e nesse caso não fazem senão semear a confusão; ou sabem, e nesse caso traem o movimento do proletariado. Num e noutro caso, servem à reação (Engels, 1873, online).

Além dos adversários políticos, não foram poucos os autointitulados anarquistas que, de maneiras diferentes, colaboraram para apresentar essa doutrina como antipolítica e irrealista – como exemplos, poderiam ser apontados nomes como George Woodcock (1912-

* Licenciado em História pela Unisagrado - Bauru, Mestrando em Ciências Sociais pela Unesp - Marília e Professor da SEE-SP, sendo conselheiro eleito pela Apeoesp subsede Bauru. Também é colaborador do Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA). E-mail: agocbr92@gmail.com.

³ O anarquismo, constantemente, recebeu um tratamento problemático por autores que se debruçaram sobre suas ideias. Mikhail Bakunin, por exemplo, que pode ser considerado o grande expoente dessa doutrina política, frequentemente teve seu pensamento desqualificado por aqueles que se propuseram a discorrer sobre o mesmo, fossem marxistas ou liberais (Corrêa, 2020).

1995) e Saul Newman (1972-)⁴. No entanto, também seria possível identificar anarquistas que reivindicaram, de maneira explícita, uma prática que poderia ser considerada *realista*, afirmando a necessidade de agirem no mundo tal como ele é, e que poderia ser encontrada nos escritos de Mikhail Bakunin e de Errico Malatesta (1853-1932). Assim sendo, se faz necessário em um primeiro momento definir tanto *anarquismo* quanto *realismo político*.

A doutrina anarquista, uma vertente do socialismo, tem sua origem em 1868, quando Mikhail Bakunin e outros revolucionários fundaram a Aliança, uma organização política de quadros com o objetivo de incidir na *Associação Internacional dos Trabalhadores*, também conhecida posteriormente como Primeira Internacional. A partir de uma radicalização do mutualismo proudhoniano⁵ e incorporando elementos do pensamento marxista, como o materialismo histórico dialético, o anarquismo surgiu como uma proposta socialista, federalista e autogestionária que pretende a superação de uma sociedade baseada em relações de hierarquia e dominação por uma estratégia de ruptura revolucionária. Ao longo das décadas posteriores a sua origem, porém, o anarquismo passou por um processo de infiltração de ideias liberais e individualistas que, nos tempos mais recentes, se converteriam no que Murray Bookchin (1921-2006) classificou negativamente como um *anarquismo de estilo de vida* (Bookchin, 2011). Então, seria preciso distinguir entre um *anarquismo social* ou *clássico*, originado na tradição aliancista e bakuniniana, e um suposto *anarquismo individualista*, inspirado por outras tradições políticas e frequentemente antissocialistas (Skirda, 2002; Corrêa, 2022).

O *realismo*, associado principalmente ao campo da ciência política e das relações internacionais, frequentemente é apresentado como um derivado ou continuador do pensamento político elaborado por Nicolau Maquiavel (1469-1527)⁶ e Thomas Hobbes (1588-1679), apesar de que, efetivamente, sua origem de fato possa ser rastreada até o intelectual inglês Edward Carr (1892-1982), e, posteriormente, a nomes como Hans Morgenthau (1904-

⁴ A respeito desses autores, algumas considerações precisam ser feitas. Woodcock, por um lado, possui uma definição problemática do anarquismo, abrangendo nesta doutrina fenômenos históricos altamente díspares, como a filosofia grega estoica e o cristianismo medieval. Newman, por outro lado, reivindicou uma ruptura com o anarquismo histórico e uma adesão ao pós-estruturalismo, o que, em certa medida, poderia ser entendido como um afastamento em relação a essa doutrina política (Leier, 2009; Corrêa, 2022).

⁵ Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) foi um teórico francês que defendeu um socialismo que combinasse federalismo político e cooperativismo econômico, ambicionando uma superação gradualista do sistema capitalista (Corrêa, 2022).

⁶ O teórico John McCormick (2022), por exemplo, desenvolve uma interpretação de esquerda sobre o pensamento de Nicolau Maquiavel, apontando uma leitura favorável a mobilização do povo contra as elites, um populismo de esquerda.

1980), Raymond Aron (1905-1983), Carl Schmitt (1888-1985), Samuel Huntington (1927-2008) e Henry Kissinger (1923-2023). Carr, partindo do pressuposto de que a política se insere em um contexto de conflito e disputa por poder na sociedade, realizou uma crítica ao idealismo político, pois se basearia no “princípio de que a ética universal, racionalmente representada pelo Iluminismo, faria com que os seres humanos tivessem contato com as leis universalmente válidas e, adequando-se a elas, construiriam o caminho para a felicidade” (Barnabé, 2014, p. 4). O realismo político, por consequência, reivindicou a supremacia do poder estatal, ou *razões de Estado*, como força motriz na geopolítica. Dessa maneira, a teoria realista foi, majoritariamente, vinculada ao campo conservador de direita. Contudo, conforme o pesquisador Gearóid Brinn (2020, 2023), seria possível pensar em outras formas de realismo e que fossem baseadas em perspectivas políticas de esquerda e de crítica à ordem vigente. O *realismo radical*, apesar de reconhecer que a divergência e o desacordo se fazem presentes na sociedade, buscava a transformação política das relações sociais e, portanto, se contrapõe às interpretações pessimistas que questionam a democracia ou que afirmam que a democracia liberal é a única possível (Duarte, 2011; Barnabé, 2014; Brinn, 2020, 2023).

Esse artigo levanta a hipótese de que uma parcela relevante dos adeptos do anarquismo clássico e histórico, ou *anarquismo social*, buscou produzir uma perspectiva política realista de intervenção na sociedade, debatendo táticas que permitissem o melhor desenvolvimento de uma estratégia revolucionária. Esse realismo radical de orientação anarquista é um contraponto aos anarquistas, ou autointitulados anarquistas, que se limitaram a esboçar visões da sociedade futura e/ou criticar a sociedade atual, mas sem apresentar propostas efetivas de superação. Os anarquistas frequentemente exerceram uma abordagem pragmática em relação ao Estado em determinadas circunstâncias, tais como o apoio às medidas estatais que visassem conter os excessos do capitalismo, como a estatização de empresas, o oferecimento de serviços públicos e a regulamentação de direitos trabalhistas. Além disso, também defenderam uma aproximação com partidos radicais de esquerda que apostavam na disputa do Estado e, em certas ocasiões, até mesmo se dispuseram a dialogar com elementos presentes na burocracia estatal. Eles reconheceram que, em certa medida, deveriam lutar por reformas enquanto estivessem submetidos ao Estado e ao capitalismo. As reformas a serem apoiadas permitiriam aos anarquistas avançarem em seu projeto político, podendo ser comparadas com a conquista de um território inimigo, e que era importante não confundir essas reformas, obtidas através de luta, com aquelas realizadas para apaziguar ou

cooptar as forças revolucionárias. Os anarquistas reconheceram que deviam observar a conjuntura histórica sem, contudo, aderir a teleologia ou alguma perspectiva determinista, mas a partir da autodeterminação dos povos. Eles não negaram a autoridade em abstrato, como princípio ético, mas entenderam que toda hierarquia e toda instituição deveriam constantemente justificar a sua existência como necessidade de perpetuação.

Essa perspectiva foi e é oposta ao antirrealismo de uma ala da esquerda, que entende que através do boicote às instituições vigentes, o Estado e o capitalismo iriam perder legitimidade e definhar. O realismo de base anarquista, em contrapartida, afirma que é necessária a aquisição de poder para a realização de um confronto contra o Estado e o capitalismo (Skirda, 2002; Brinn, 2020, 2023; Corrêa, 2022).

Mikhail Bakunin: Aliança e dualismo organizacional

Mikhail Bakunin foi um revolucionário russo que participou da Primavera dos Povos (1848) e, posteriormente, da Comuna de Lyon (1870), e foi um dos nomes mais destacados do anarquismo. Participou da fundação da Aliança, uma organização política com um programa revolucionário, e se tornou uma referência na Associação Internacional dos Trabalhadores, onde polarizou politicamente com Karl Marx.

A Internacional era uma organização com recorte de classe e que tinha como objetivo agrupar o conjunto dos trabalhadores dos mais diversos países em torno, prioritariamente, de seus interesses materiais. Para Bakunin, “os fundadores da Associação Internacional agiram com grande sabedoria ao eliminar inicialmente do programa dessa Associação todas as questões políticas e religiosas” (Bakunin, 1869). A maior parte da sociedade, sobrecarregada pelo trabalho e desprovida do acesso à uma educação de qualidade, tenderia a ser ignorante sobre os debates políticos e a reproduzir o senso comum vigente, pautado pela religião e pelo Estado. Caso essa organização da classe trabalhadora estabelecesse oficialmente uma doutrina política ou religiosa unificada, como o anarquismo ou o ateísmo, amplas parcelas da população não demonstrariam interesse em ingressar e participar, e talvez até mesmo revelassem uma certa hostilidade. Contudo, no momento que a organização passasse a se centrar exclusivamente nas necessidades econômicas, na melhoria da qualidade de vida imediata, a Internacional obteria adesão dos trabalhadores (Skirda, 2002; Baker, 2023).

No entanto, se a classe trabalhadora se restringisse a se organizar enquanto classe, apenas pelo seu aspecto econômico, ela poderia recair no reformismo e no corporativismo, se

preocupando apenas com as questões mais imediatas. Para que a Associação Internacional dos Trabalhadores pudesse avançar cada vez mais rumo a um objetivo revolucionário, Bakunin defendeu a necessidade de um *partido de vanguarda*, uma organização política de *minoría ativa* que cumprisse a função de dirigir/liderar esse processo – o que resultou na fundação da Aliança, pautada em um programa político bem definido. Em suas palavras,

O nosso objetivo é criar uma coletividade revolucionária forte, mas sempre invisível, uma coletividade que deve preparar a revolução e dirigi-la [...], deixando ao movimento revolucionário de massas o seu desenvolvimento total e a sua organização social [...] a mais completa liberdade, mas vigiando sempre para que este movimento e esta organização nunca possam reconstituir autoridades, governos, Estados, e combatendo todas as ambições, tanto coletivas (no gênero das de Marx) como individuais, por influência natural, nunca oficial, de todos os membros de nossa Aliança, disseminados em todos países, e cuja força vem unicamente de sua ação solidária e da unidade de programa e de objetivos que deve existir sempre entre eles (Bakunin, 2013, p. 8).

Assumir a direção revolucionária não deve ser confundido com o estabelecimento de uma hierarquia formal e de uma divisão social que venha a produzir uma nova casta privilegiada. Na verdade, conforme ressaltou Bakunin, os aliancistas deveriam agir de maneira discreta, como “pilotos invisíveis no meio da tempestade popular, [...] não com um poder ostensivo, mas pela ditadura coletiva de todos os aliados (membros da Aliança)” (Bakunin, 2013, p. 8). Isto é, ao invés de assumir cargos oficiais de direção – o que poderia levar a um afastamento em relação as massas populares –, os anarquistas deveriam buscar, prioritariamente, influenciar a classe trabalhadora a aderir a suas propostas, estando espalhados, mas *organizados*, em seu meio. Essa estratégia pautada em uma dupla militância, na Internacional - organização de massas - e na Aliança - organização de quadros -, ficou conhecida posteriormente como *dualismo organizacional*, e foi reivindicada por inúmeros anarquistas (Corrêa, 2022; Baker, 2023). Em relação a sua estrutura interna, a Aliança deveria “ser submetida a uma forte disciplina, que, aliás, não é senão o resumo e o resultado puro do compromisso recíproco de todos os membros uns em relação aos outros” (Bakunin, 2013, p. 11). Sem coordenar a intervenção política de seus membros, haveria a desorganização e a incapacidade de atuar na realidade concreta, e, dessa maneira, seria preciso que existisse “um certo número de regras ligando cada um a todos, determinados pactos e acordos renovados frequentemente” (Bakunin, 2013, p. 9). A Aliança, portanto, possuiria regras e instâncias estabelecidas formalmente, como secretariado executivo e congresso deliberativo, fundamentadas frequentemente pelo voto da maioria (Skirda, 2002).

Em relação a prática revolucionária, Bakunin reconhecia que um processo de ruptura radical não iria ocorrer sob uma conjuntura amigável, pois os Estados nacionais rapidamente formariam “uma aliança formidável, frente à qual ainda nos encontramos inteiramente desorganizados” (Bakunin, 2014, p. 123). Assim sendo, o anarquista russo entendia que a revolução só poderia triunfar a nível internacional ao articular as lutas nos mais diversos países, tanto naqueles países nos quais o campo revolucionário estivesse mais estruturado quanto naqueles onde não estivesse. Seria necessário que a ala revolucionária organizasse “suas forças de ação material” e não traísse “sua própria causa através de concessões vergonhosas” (Bakunin, 2014, p. 123). Nesse contexto, Bakunin apontava que os conflitos geopolíticos entre os Estados também poderiam ser explorados em favor da causa revolucionária, ainda que não se pudesse ignorar que “eles têm um inimigo mais perigoso a combater; é a revolução” (Bakunin, 2014, p. 124). Ou seja, em um primeiro momento, as rivalidades entre os governos nacionais dificultariam uma cooperação inicial entre eles, o que poderia ser aproveitado pelos revolucionários, mas tão logo o movimento revolucionário internacional acumulasse forças, se tornaria cada vez mais provável que os Estados começassem a buscar alianças entre si. Uma vez que a revolução triunfasse em um país e se encontrasse cercada por Estados adversários, Bakunin admitia que o campo revolucionário firmasse “os compromissos e as alianças [...] necessárias à causa da revolução – e ele as formará, sem dúvida, somente quando se sentir forte o bastante para não temer ser explorado e traído” (Bakunin, 2014, p. 131). Sendo um ex-militar e ex-combatente de levantes armados, certamente Bakunin compreendia a necessidade de uma prática realista e estratégica em sua perspectiva revolucionária.

Errico Malatesta: reforma e revolução

Errico Malatesta foi um anarquista italiano que participou da Aliança de Mikhail Bakunin e veio a se tornar uma das principais referências políticas do dualismo organizacional. Ele se opôs ao individualismo e ao idealismo político no seio do anarquismo, reforçando a necessidade de uma compreensão realista da proposta revolucionária, rejeitando todas as perspectivas simplistas e alheias à realidade de fato (Corrêa, 2014; Baker, 2023).

É muito frequente acreditar que pelo fato de dizermo-nos revolucionários, achamos que o advento da anarquia deva produzir-se de uma só vez, como consequência imediata de uma insurreição, que abateria de forma violenta tudo o que existe e o substituiria por instituições verdadeiramente novas. Para dizer a verdade, não faltam camaradas que assim concebem a revolução. Este mal-entendido explica porque

entre nossos adversários, muitos creem, de boa-fé, que a anarquia é uma coisa impossível; e isto também explica porque certos camaradas, vendo que a anarquia não pode medrar repentinamente, tendo em vista as condições morais atuais da massa, vivem entre um dogmatismo que os põe fora da vida real e um oportunismo que os faz quase esquecer que são anarquistas e, nesta qualidade, devem combater a favor da anarquia (Malatesta, 1910, online).

Malatesta defendeu que era preciso partir do fato de que a sociedade atual não era a sociedade socialista que se pretendia alcançar, mas, ao contrário, uma sociedade marcada por hierarquias e dominação de classe. Enquanto a revolução não triunfasse e a nova ordem se firmasse em definitivo, a maior parte da população continuaria a se adaptar às instituições vigentes, ambicionando a própria sobrevivência. Dessa maneira, Malatesta concluiu que, caso os anarquistas se recusassem a trabalhar com a realidade tal como ela é, essa postura “condenaria o movimento anarquista a uma perpétua esterilidade” (Malatesta, 1897b, online). Para o revolucionário italiano, o anarquista não deveria se isolar, adotando uma postura sectária e descolada da maior parte da população por purismo ideológico, mas “viver com o povo e conquistá-lo [...] tomando parte ativa em suas lutas e sofrimentos” (Malatesta, 1894, online).

A concepção de que *os fins justificam os meios*, na perspectiva de Malatesta, estaria sendo interpretada de modo equivocado. O que essa expressão verdadeiramente significava era que, uma vez estabelecido o *objetivo*, ou os *fins*, onde se quer chegar, se deveria encontrar um caminho adequado para se alcançar a meta estabelecida, a *estratégia* ou os *meios*. Dessa maneira, seria preciso observar a coerência entre o objetivo e a estratégia que será adotada, entre os fins e os meios. Assim, afirmou Malatesta, “nossos meios são aqueles que as circunstâncias nos permitem e nos impõem” (Malatesta, 1892, online). Ao definir o percurso a ser seguido, também se deveria “saber empregar o quinhão de forças que possuímos e que adquirimos de modo mais econômico e mais útil ao nosso objetivo” (Malatesta, 1910, online).

Os anarquistas deveriam se dedicar a propaganda de suas ideias em todos os espaços, objetivando um avanço organizativo, e, assim, “adquirir os meios materiais necessários ao combate e, quando formos uma força suficiente para vencer, lançarmo-nos sós, por nossa conta, para efetuar por completo nosso programa” (Malatesta, 1899, online). Durante esse processo de acúmulo de forças, também Malatesta considerou fundamental que se observassem “situações políticas onde devemos intervir sob pena de perder vantagens para nossa propaganda e toda a influência sobre o povo” (Malatesta, 1899, online). Dessa maneira,

os anarquistas precisariam estar ativamente envolvidos em lutas de curto e médio prazo por reformas sociais. Pois,

Quaisquer que sejam os resultados práticos da luta pelas melhorias imediatas, a utilidade principal está na própria luta. Com ela os operários aprendem a ocupar-se dos seus interesses de classe, aprendem que o patrão tem interesses opostos aos seus e que não podem melhorar as suas condições, e ainda menos emancipar-se, senão unindo-se e tornando-se mais fortes que os patrões (Malatesta, 1920, online).

Na Itália, em um dado momento, se desenrolava um conflito entre os republicanos, na oposição, e os monarquistas, no governo. Alguns anarquistas defendiam que, diante desses dois campos, era preciso se omitir, uma vez que nenhum deles era favorável ao anarquismo. Outros, apostando em uma lógica de mal menor, afirmavam que os anarquistas deveriam se unir ao campo republicano, deixando as ideias anarquistas para um momento futuro. Para Malatesta, os anarquistas precisavam participar da luta armada ao lado dos republicanos, mas sem se confundir com estes e mantendo sua identidade política enquanto anarquistas. Ao participar do processo de luta, os anarquistas poderiam tentar atrair outros revolucionários e parcelas da sociedade para sua proposta, ao mesmo tempo que se aproveitariam do conflito para acumular força material. Ele afirmou

Sabemos muito bem, e não cessamos de dizê-lo e de demonstrá-lo, que república e monarquia são idênticas e que todos os governos têm tendência a aumentar seu poder e a oprimir cada vez mais os governados. Mas também sabemos que quanto mais fraco é um governo, mais forte é a resistência do povo, maiores são a liberdade e a possibilidade de progresso. Contribuindo de modo eficaz para a queda da monarquia, poderíamos nos opor com maior ou menor eficácia à consolidação de uma república, poderíamos permanecer armados, recusar obedecer ao governo, e tentar expropriações e organizações anarquistas da sociedade (Malatesta, 1899, online).

Malatesta defendeu a necessidade da organização da classe trabalhadora enquanto classe, através do *sindicalismo*, e que, no processo de luta por reformas, os anarquistas deveriam mobilizar greves por melhorias nas condições de trabalho. Conforme a situação fosse se acirrando entre trabalhadores e patrões, “da luta econômica é preciso passar à luta política, isto é, à luta contra o governo” (Malatesta, 1920, online). O processo revolucionário deveria ser construído a partir do acúmulo de forças materiais do campo anarquista, e não segundo aqueles que, apostando em um entendimento espontaneísta, acreditavam que a revolução emergiria “da ocorrência acidental ou providencial de alguns atos de heroísmo” (Malatesta, 1894, online).

E quando tivermos força suficiente deveremos, aproveitando as circunstâncias favoráveis que se produzirem, ou criando-as nós mesmos, fazer a revolução social, derrubando pela força o governo; expropriando pela força os proprietários; pondo

em comum os meios de vida e de produção, e impedindo que novos governos venham impor a sua vontade e colocar obstáculos à reorganização social feita diretamente pelos interessados (Malatesta, 1920, online).

Quando o processo revolucionário tivesse início, e até mesmo nos momentos posteriores, também seria preciso “comer, vestir, viajar, imprimir, tratar dos doentes, etc., etc., e estas coisas não se fazem por si próprias” (Malatesta, 1897b, online). As forças da classe trabalhadora deveriam ser capazes de assegurar as estruturas materiais necessárias para o funcionamento dos serviços básicos e para a reorganização da nova sociedade, caso contrário não haveria o que propor em seu lugar. Para Malatesta, os que advogavam uma compreensão espontaneísta, individualista e/ou anti-organizacionista cometiam o erro de acreditar que, no curso dos acontecimentos, as pessoas saberiam naturalmente como e quando agir, o que, na prática, seria como colocar “o nosso destino nas mãos de Deus” (Malatesta, 1897a, online). Se distanciando do espontaneísmo, que poderíamos considerar um certo irrealismo, Malatesta declarou que “só pensamos destruir as coisas à medida em que pudermos substituí-las por outras” (Malatesta, 1910, online).

Nestor Makhno: organização militar na revolução

Nestor Makhno (1888-1934) foi um anarquista ucraniano que, comandando um exército no contexto da Revolução Russa, garantiu uma experiência autogestionária em regiões da Ucrânia. Após sofrer uma traição por parte dos bolcheviques, ele se refugiou na França, onde participou do grupo *Dielo Truda* ao lado de Arshinov, Mett e Ranko. Juntos publicaram o texto *A Plataforma Organizacional*⁷, que reivindicava a necessidade de uma organização política programática com uma prática realista (Skirda, 2002).

Propondo uma autocrítica para o campo anarquista a partir de sua experiência na Rússia, Makhno observou que “a ausência de uma organização capaz de contrapor suas próprias forças aos inimigos da revolução fez com que os anarquistas não conseguissem assumir qualquer papel organizativo” (Makhno, 1925, p. 1). Para contornar essa crise, era imprescindível a constituição de uma organização anarquista programática que visasse intervir na realidade concreta e na disputa entre forças políticas, “não somente no momento de preparação da revolução social, mas também em seus primeiros dias” (Makhno, 1925, p. 1).

⁷ A proposta plataformista encontrou oposição por parte dos anarquistas que se apresentaram como defensores de organizações políticas mais flexíveis, em particular os adeptos da *Síntese Anarquista* (Skirda, 2002; Corrêa, 2022).

Essa estrutura organizativa deveria se fundamentar em regras explícitas e compromissos muito bem definidos, pois, considerou Makhno, “sem disciplina, a vanguarda revolucionária não pode existir (...) e será incapaz de formular as tarefas do momento, de cumprir o papel de iniciador que dela esperam as massas” (Makhno, 1926, online).

Portanto, argumentou Makhno,

Se os anarquistas estivessem firmemente ligados no plano organizativo e tivessem observado, em suas ações, uma disciplina bem determinada, não teriam jamais sofrido uma tal derrota. Mas, porque os anarquistas “de todo estilo e de todas as tendências” não representavam, mesmo em seus grupos específicos, um coletivo homogêneo, com uma disciplina de ação bem definida, não puderam suportar o exame político e estratégico que lhes impuseram as circunstâncias revolucionárias (Makhno, 1926, online).

Uma vez organizados, os anarquistas estariam em melhores condições de assumir uma posição de liderança e direção em relação a classe trabalhadora mais ampla. Partindo da concepção de partido de quadros de Bakunin, Makhno reconheceu que o processo revolucionário dependeria de “grupos ideológicos com políticas claramente definidas” (Makhno, 1930, online). Essa minoria organizada ideologicamente deveria se adaptar às condições concretas em que ela está inserida e estar disposta a “abandonar suas posições tradicionais ao tirar as conclusões lógicas que derivam do pensamento de nossos teóricos” (Makhno, 1930, online). Portanto, ao invés de se colocar em uma situação de simplesmente criticar todas as demais forças políticas, “os anarquistas estariam melhor ocupados definindo o que eles querem e propondo aos trabalhadores algo realista para colocar no lugar de todas as coisas que eles negam” (Makhno, 1930, online).

Desencadeada a revolução, uma das primeiras tarefas deveria ser, na opinião de Makhno, preparar a defesa armada da mesma. A contrarrevolução, nacional e internacional, tentaria intervir para sufocar o movimento revolucionário, e seria preciso a criação de um exército para preservar as conquistas da classe trabalhadora. Em uma situação de guerra, não seria possível ignorar “a necessidade de um tal estado-maior para orientar estrategicamente a luta armada revolucionária” (Makhno, 1927, online). Para Makhno, os anarquistas que negassem esse tipo de estrutura organizativa estariam apenas contribuindo para sabotar os esforços revolucionários e favorecer o campo reacionário. Assim sendo, para Makhno,

Sem dúvida, o anarquismo foi e continua sendo um movimento social revolucionário, eis porque sou e serei sempre um partidário de sua organização bem estruturada e da criação, no momento da revolução, de batalhões, regimentos, brigadas e divisões, tendendo a se fundir, em certas circunstâncias, num exército comum, sob um comando regional único, sob a forma de estados-maior organizacionais de controle. Estes se encarregarão, segundo as necessidades e as

condições da luta, de elaborar um plano operacional federativo, coordenando as ações dos exércitos regionais, com o objetivo de levar à vitória os combates em todas as frentes, esmagando a contrarrevolução armada. A defesa da revolução não é uma tarefa das mais fáceis; ela pode exigir das massas revolucionárias um imenso esforço organizativo. Os anarquistas devem saber disso e estar prontos para ajudá-las nessa tarefa (Makhno, 1927, online).

Ba Jin: a participação anarquista na luta popular

O chinês Li Yaotang (1904-2005) adotou o pseudônimo *Ba Jin* em homenagem aos nomes mais famosos do anarquismo, no caso, Bakunin e Piotr Kropotkin (1842-1921). Ele visitou a cidade de Paris, onde conheceu anarquistas históricos como Nestor Makhno e Ida Mett (1901-1973). Nas décadas posteriores, se tornou um grande nome literário da sociedade chinesa (Pino, 2013; Britannica, 2024).

Para Ba Jin, a revolução não iria ocorrer com base na vontade ou na intencionalidade, mas a partir de determinações materiais e de contextos históricos. O anarquismo deveria, portanto, reconhecer a realidade concreta, o mundo de fato existente, e intervir nela tal como ela é. Dessa maneira

Somos materialistas (destacados anarquistas como Kropotkin ou Bakunin foram todos materialistas). Entendemos que a chegada da revolução social não pode ser determinada por nossas boas intenções. Ela se desprende da evolução social e determina-se pelas necessidades históricas. Dentro dos limites permitidos pelas condições materiais, os esforços dos indivíduos podem facilitar a evolução social, mas estes não constituem os únicos fatores da evolução social (Ba Jin, 2014, p. 5).

Ba Jin entendia que, na época em que estava, não haviam condições do anarquismo hegemonizar o processo revolucionário chinês, uma vez que “sua realização se vê limitada pelas condições materiais” (Ba Jin, 2014, p. 6). Porém, observou, isso não poderia justificar a omissão dos anarquistas diante dos conflitos que ocorriam. Ao invés de seguir propagando os princípios libertários de maneira distanciada do povo, era preciso que os anarquistas, se inserindo no movimento operário e sindical chinês, oferecessem uma proposta prática de ação política. Uma vez que “a revolução social na China não ocorrerá imediatamente, [...] devemos começar a nos preparar e a facilitar seu início” (Ba Jin, 2014, p. 7). Portanto, quem se pretende revolucionário não deveria se “permitir o luxo do palavrório vazio e nem assumir ares desinteressados” (Ba Jin, 2014, p. 12). Resgatando outro nome do anarquismo, Errico Malatesta, Ba Jin afirmou:

Malatesta disse que, ao participar do movimento operário, às vezes os anarquistas devem fazer certas concessões em benefício dos interesses dos trabalhadores, em vez de sustentar que o anarquismo seja colocado em prática imediatamente; devem

apoiar greves por aumentos salariais ou redução da jornada de trabalho (Ba Jin, 2014, p. 11).

Como forma de mediar o objetivo político revolucionário e a luta tática por reformas, Ba Jin sustentou que “a prioridade deve ser a defesa do direito do trabalhador supervisionar diretamente todos os equipamentos da fábrica, suprimir os capatazes e negociar com os patrões por meio dos sindicatos” (Ba Jin, 2014, p. 17). E não apenas a luta do trabalhador contra o patrão poderia ser um terreno válido para a participação anarquista, mas também “a guerra das colônias contra seus Estados metropolitanos e a guerra das nações fracas contra as potências imperialistas, ainda que o fim dessas guerras seja um tanto distinto de nosso ideal” (Ba Jin, 2014, p. 4).

Os movimentos nacionalistas, reconheceu, não possuem como objetivo político o socialismo, mas a luta anti-imperialista não estaria, *a priori*, em contradição com o programa anarquista. O que diferenciaria os anarquistas dos nacionalistas não seria a libertação nacional, que ambos apoiariam, mas o fato de que os primeiros ambicionariam “ir mais longe” (Ba Jin, 2014, p. 8). Tanto os nacionalistas chineses quanto os comunistas, à época alinhados com a URSS, deveriam ser entendidos como adversários políticos e, também, aliados táticos contra o imperialismo. Assim sendo

Antes que possamos abolir o capitalismo não nos opomos, de maneira alguma, a qualquer tipo de movimento anti-imperialista. Detesto a Rússia soviética, mas detesto mais ainda as potências imperialistas; detesto o Partido Nacionalista, mas detesto mais ainda os caudilhos. A razão é simples. A Rússia soviética não é tão nociva quanto as potências imperialistas e o Partido Nacionalista e os caudilhos não são a mesma coisa (Ba Jin, 2014, p. 8).

Ba Jin insistiu que era preciso compreender que “esse movimento revolucionário não é monopólio de um partido político em particular” (Ba Jin, 2014, p. 9). Se os anarquistas não souberem diferenciar as forças políticas adversárias e inimigas, “os conservadores da direita poderão, contentes, nos agradecer!” (Ba Jin, 2014, p. 9). Contudo, Ba Jin também alertou sobre a necessidade de não confundir cooperação tática com adesão acrítica; se é verdade que os anarquistas deveriam se aliar com os nacionalistas, essa aliança não poderia ocorrer com o abandono do programa anarquista e de seu próprio objetivo socialista.

Jaime Balius: o programa anarquista em contexto de guerra revolucionária

Jaime Balius (1904-1980) foi jornalista, colunista e membro do agrupamento *Amigos de Durruti*, que se estabeleceu em 1937 no contexto da Guerra Civil Espanhola (1936-1939).

O anarquismo foi a mais poderosa força revolucionária na Espanha e protagonizou uma experiência autogestionária em meio ao enfrentamento contra o golpe militar de orientação fascista de Francisco Franco (1892-1975). Os Amigos de Durruti surgiram em oposição às políticas de conciliação da esquerda partidária e de parte das lideranças anarquistas, que cediam aos setores democráticos burgueses que tentavam restaurar a república espanhola (Fontenis, 1983; Skirda, 2002; Amorós, 2003).

Balius apontou que o campo popular, encabeçado pelos republicanos, não seguiu adiante nas atitudes necessárias para enfrentar a reação de direita. Por um lado, os militares, que eram um dos pilares do golpismo, não foram devidamente punidos, o que lhes permitiu iniciar uma rearticulação. Por outro, a Igreja Católica, abertamente alinhada com o fascismo espanhol, foi deixada a propagar suas ideias sem ser incomodada. Assim, Balius identificou que o reformismo republicano, ao invés de agir energicamente, permitia que a contrarrevolução se organizasse. A reforma agrária não havia sido realizada, em benefício dos latifundiários – que apoiavam o golpismo –, e nenhuma proposta efetiva foi apresentada para limitar os privilégios dos capitalistas e da burocracia estatal. Os socialdemocratas, de esquerda, associados ao governo republicano, colaboravam com a traição dos anseios da classe trabalhadora, permitindo o retorno da direita.

Para Balius, os sindicatos - a organização genuína da classe trabalhadora - deveriam se tornar a força social que embasasse o campo revolucionário no contexto da guerra civil. Um exército revolucionário deveria ser estabelecido, “controlado pela classe trabalhadora” (Balius, 1937, online). Os oficiais que houvessem feito suas carreiras sob o sistema capitalista deveriam ser removidos e, caso seja necessário a manutenção de alguns deles, os mesmos deveriam “estar sob um controle rigoroso” (Balius, 1937, online). No que tange a economia, Balius defendeu a necessidade da socialização e da coletivização da mesma como “indispensável para o triunfo da guerra e para a consolidação da revolução” (Balius, 1937, online). A produção e a distribuição deveriam ocorrer de maneira coordenada e planejada, sob forte racionamento, visando um funcionamento altamente igualitário.

Balius também repreendeu as principais lideranças e organizações anarquistas da Espanha pela desorganização política, que favoreceu a conciliação de classes e o recuo no programa revolucionário. Ele afirmou que

As revoluções não podem ser ganhas se estão ausentes diretrizes e objetivos imediatos. Na revolução de Julho pudemos constatar esta falha. A CNT, apesar de ter a força não soube cinzelar o gesto que com um caráter de espontaneidade se

manifestou nas ruas. Os mesmos dirigentes se encontraram surpreendidos ante acontecimentos que para eles havia de classificar-se como algo imprevisto. Não se soube que caminho seguir. Faltou uma teoria. Havíamos passado uma série de anos movendo-nos em torno de abstrações. Que fazer? Perguntar-se-iam os dirigentes daquela hora. Deixaram assim perder-se a revolução (Balius, 1937, online).

Para contornar a situação caótica, Balius e os Amigos de Durruti defenderam a “constituição de uma Junta revolucionária” (Balius, 1937, online). Era preciso o estabelecimento de organismos revolucionários “que reprimam [...] os setores adversos que [...] não se resignam a desaparecer se não se os esmaga” (Balius, 1937, online). Balius ponderou que poderiam existir “camaradas anarquistas que sintam certos escrúpulos ideológicos mas a lição sofrida é bastante para que andemos com rodeios” (Balius, 1937, online).

Considerações finais

Para os anarquistas com prática realista, era inevitável a constituição de uma organização especificamente anarquista para que, de forma coordenada e eficiente, a força política socialmente organizada em torno de um programa político pudesse, por um lado, disputar com projetos rivais e, por outro lado, estabelecer condições de se posicionar como uma liderança política do conjunto da classe trabalhadora. Assim, Bakunin e Makhno constataram a importância de um partido de vanguarda que cumprisse essa função.

Da mesma forma, os anarquistas tinham consciência de que não era possível avançar para a sociedade socialista de maneira imediata. Para que pudesse organizar uma revolução, seria preciso um processo de mobilização popular, em um contexto de luta de classes, que fosse construindo uma perspectiva radicalizada. As lutas por reformas de curto prazo, portanto, eram entendidas como um meio de agitar as massas contra as classes dominantes, e o sindicalismo, em muitos casos, foi visto como a ferramenta mais adequada. A intervenção em lutas de curto e médio prazo exigia que, como constataram Malatesta e Ba Jin, os anarquistas cooperassem com outras forças políticas, como o republicanismo burguês e o nacionalismo anti-imperialista.

Uma vez desencadeado um movimento revolucionário, os anarquistas apontavam a necessidade de uma prática militar estruturada e adaptada ao contexto concreto. Makhno e Balius afirmaram que uma hierarquia militar, por mais flexível que fosse, se faria necessária,

e Bakunin observou que o território revolucionário, uma vez estabelecido, precisaria navegar de maneira pragmática diante de um contexto geopolítico complexo e hostil.

O realismo radical dos anarquistas clássicos pode ser entendido como uma proposta prática de ação que se diferenciaria das perspectivas irrealistas e idealistas no campo progressista e socialista, bem como desfaz um estereótipo negativo associado a esta doutrina.

Referências

AMORÓS, Miquel. *La revolución traicionada: la verdadera historia de Balias y los amigos de Durruti*. Virus, 2003.

BA JIN. *O Anarquismo e a questão prática*. Editora Faísca, 2014. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/ba-jin/1927/mes/90.pdf>. Acesso em: 16/05/2024.

BALIUS, Jaime. Rumo a uma Nova Revolução. 1937. In: SANTOS, A. Um Programa e Fuzis: *Textos escolhidos sobre a Agrupação Amigos de Durruti. Grupo de Estudos Anarquistas do Piauí*. Disponível em: <https://bibliotecaanarquista.org/library/grupo-de-estudos-anarquistas-do-piaui-geapi-um-programa-e-fuzis>. Acesso em: 16/05/2024.

BAKER, Zoe. *Means and Ends: The Revolutionary Practice of Anarchism in Europe and the United States*. AK Press, 2023.

BAKUNIN, Mikhail. *A Política da Internacional*. 1869. Disponível em: <https://ultimabarricada.wordpress.com/2019/01/11/a-politica-da-internacional/>. Acesso em: 16/05/2024.

BAKUNIN, Mikhail. *Tática e disciplina do partido revolucionário*. Editora Faísca, 2013. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/bakunin/ano/mes/91.pdf>. Acesso em: 16/05/2024.

BAKUNIN, Mikhail. Projeto de organização da Família dos Irmãos escandinavos. Projeto de uma organização secreta internacional. In: FERREIRA, Andrey Cordeiro; TONIATTI, Tadeu Bernardes de Souza. *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin*. Niterói, 2014. Editora Alternativa.

BARNABÉ, Israel Roberto. *Edward Carr: o embate Idealismo/Realismo nos dias atuais*. BARNABÉ, IR; ALVES DO CARMO, C.; WINAND, ECA, p. 25-46, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/download/34716886/Edward_Carr_-_o_embate_Idealismo_Realismo_nos_dias_atuais.pdf. Acesso em: 28/10/2024.

BOOKCHIN, Murray. *Anarquismo: crítica e autocrítica*. São Paulo: Hedra, 2011.

BRINN, Gearóid. *Smashing the state gently: Radical realism and realist anarchism*. European Journal of Political Theory, v. 19, n. 2, p. 206-227, 2020.

BRINN, Gearóid. *From the Riot to the Ballot box: Political Realism in Anarchist Theory*. School of Social and Political Sciences, 2023.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. "Ba Jin". Encyclopedia Britannica, 14 Fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Ba-Jin>. Acesso em: 20/05/2024.

CORRÊA, Felipe. *Epistemologia, Método de Análise e Teoria Social em Malatesta*. 2014. Disponível em: <https://ithanarquista.files.wordpress.com/2014/04/felipe-corr3aaa-epistemologia-mc3a9todo-de-anc3a1lise-e-teoria-social-em-malatesta.pdf>. Acesso em: 22/05/2024.

CORRÊA, Felipe. *Liberdade ou morte: teoria e prática de Mikhail Bakunin*. São Paulo: Editora Faisca, 2020.

CORRÊA, Felipe. *Bandeira Negra: discutindo o anarquismo*. Autonomia Literária, 2022.

DUARTE, Geraldine. *Realismo clássico versus realismo estrutural: natureza humana ou estrutura do sistema?* E-Civitas, v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <https://revistas.unibh.br/dcjpg/article/view/93/54>. Acesso em: 28/10/2024.

ENGELS, Friedrich. *Sobre a Autoridade*. 1873. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/03/autoridade-pt.htm>. Acesso em: 28/10/2024.

FONTENIS, George. *The Revolutionary Message of the 'Friends of Durruti'*. 1983. Disponível em: <https://theanarchistlibrary.org/library/george-fontenis-the-revolutionary-message-of-the-friends-of-durruti>. Acesso em: 20/05/2024.

LEIER, Mark. *Bakunin, classes e pós-anarquismo*. 2009. Disponível em: <https://bibliotecaanarquista.org/library/mark-leier-bakunin-classes-e-pos-anarquismo>. Acesso em: 28/10/2024.

MAKHNO, Nestor. *Nossa Organização*. 1925. Disponível em: <https://itha-iath.org/wp-content/uploads/2024/01/nestor-makhno-nossa-organizac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em: 16/05/2024.

MAKHNO, Nestor. *Sobre a disciplina revolucionária*. 1926. Disponível em: <https://itha-iath.org/nestor-makhno-archive/nestor-makhno-archive-portugues/sobre-a-disciplina-revolucionaria-nestor-makhno/>. Acesso em: 16/05/2024.

MAKHNO, Nestor. *Sobre a defesa da revolução*. 1927. Disponível em: <https://itha-iath.org/nestor-makhno-archive/nestor-makhno-archive-portugues/sobre-a-defesa-da-revolucao-nestor-makhno/>. Acesso em: 16/05/2024.

MAKHNO, Nestor. *Segunda Carta à Malatesta*. 1930. Disponível em: <https://itha-iath.org/nestor-makhno-archive/nestor-makhno-archive-portugues/segundacartaamalatesta-nestor-makhno/>. Acesso em: 16/05/2024.

MALATESTA, Errico. *Um Pouco de Teoria*. 1892. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/malatesta/1892/mes/teoria.htm>. Acesso em: 17/04/2024.

MALATESTA, Errico. *Os deveres da hora presente*. 1894. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/malatesta/1894/08/40.htm>. Acesso em: 17/04/2024.

MALATESTA, Errico. *Ainda sobre o individualismo*. Abril, 1897a. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/malatesta/1897/04/25.htm>. Acesso em: 17/04/2024.

MALATESTA, Errico. *A Organização*. Junho, 1897b. Disponível em: <https://bibliotecaanarquista.org/library/errico-malatesta-a-organizacao>. Acesso em: 17/04/2024.

MALATESTA, Errico. *O Objetivo dos Anarquistas*. 1899. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/malatesta/1899/mes/objetivo.htm>. Acesso em: 17/04/2024.

MALATESTA, Errico. *Rumo à Anarquia*. 1910. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/malatesta/1910/mes/rumo.htm>. Acesso em: 17/04/2024.

MALATESTA, Errico. *Programa Anarquista*. 1920. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/malatesta/1920/mes/40.htm>. Acesso em: 17/04/2024.

MARX, Karl. *Comentários de Marx a “Estatismo e Anarquia” de Bakunin*. 1874. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1874/04/bakunin2.htm>. Acesso em: 28/10/2024.

MCCORMICK, John P. *Maquiavel foi o filósofo do populismo de esquerda*. [Entrevista concedida a] Gabriele Pedullà. *Jacobin*, 22 de agosto de 2022. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2022/08/maquiavel-foi-o-filosofo-do-populismo-de-esquerda/>. Acesso em: 22/05/2024.

PINTO, Danielle Jacon Ayres; DOS SANTOS BRAVO, Juliano. *O Realismo nas Relações Internacionais: Uma revisão da literatura*. *Revista de Estudos Internacionais (REI)*, v. 7, n. 2, p. 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/80888061/pdf.pdf>. Acesso em: 28/10/2024.

PINO, Angel. *Ba Jin e a Plataforma Arshinov*. *A Contretemps: Bulletin de Critique Bibliographique* - março de 2013. *Traduzido e ligeiramente alterado por Nick Heath*. Disponível em: https://itha-iath.org/wp-content/uploads/2024/01/angel_pino_ba_jin_e_a_plataforma_archinov.pdf. Acesso em: 03/04/2024.

SKIRDA, Alexandre. *Facing the Enemy: A History of Anarchist Organization from Proudhon to May 1968*, trans. Paul Sharkey (Oakland, CA and Edinburgh: AK Press, 2002).

Texto aprovado para publicação em 28 de outubro de 2024.